

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 194 – 12/04 à 16/04/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Canpat coloca SST como um valor para o Brasil](#)

Ministério da Economia - 16/04/2021

A Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Canpat 2021) foi lançada no dia 7 de abril em evento virtual promovido pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e pela Fundacentro, disponível no [canal da Enit no YouTube](#). O tema “Segurança e Saúde no Trabalho um valor para o Brasil” guiará as atividades até novembro deste ano.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Plenário reconhece constitucionalidade de contribuição destinada ao Incra](#)

Supremo Tribunal Federal - 16/04/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade da contribuição de 0,2% sobre a folha salarial de indústrias rurais e agroindústrias destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), inclusive após a edição da Emenda Constitucional (EC) 33/2001. Por maioria dos votos, na sessão virtual finalizada em 7/4, o colegiado seguiu o voto do relator, ministro Dias Toffoli, pelo desprovemento do Recurso Extraordinário (RE) 630898, com repercussão geral reconhecida ([Tema 495](#)). A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: “É constitucional a contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra devida pelas empresas urbanas e rurais, inclusive após o advento da EC nº 33/2001”.

[Mantida multa por descumprimento de convenção coletiva que teve validade prorrogada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/04/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação da Spread Teleinformática Ltda. ao pagamento de multas normativas pelo descumprimento, em 2018, de cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho de 2017. Segundo a relatora, ministra Kátia Arruda, a discussão não envolve a chamada ultratividade das normas coletivas (permanência automática das cláusulas, mesmo após o término de sua vigência), mas de acordo para a manutenção da validade da convenção, até que novo instrumento seja definido.

[Dentista não será reintegrada sob alegação de ilegalidade em dispensa em massa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/04/2021

Na ação trabalhista, ajuizada em 2017, a dentista disse que havia trabalhado no Sesc por quase 10 anos e que a entidade havia reduzido em mais de 50% seu quadro de funcioná-

rios, sem a intermediação do sindicato da categoria e sem nenhuma motivação. Segundo ela, somente no Rio de Janeiro, houve mais de 900 demissões e, na sua unidade (Ramos), todo o corpo odontológico fora demitido. A medida, a seu ver, violava o direito à negociação coletiva, que poderia mitigar seus efeitos nocivos.

[Rede varejista é condenada por assédio moral a empregado com deficiência mental](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/04/2021

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Havan Lojas de Departamentos Ltda. a pagar indenização de R\$ 100 mil a um empregado com deficiência mental por assédio moral. As ofensas, baseadas na sua condição de saúde, eram praticadas por seguranças de uma loja da rede em Florianópolis (SC). Por maioria, o colegiado entendeu que o valor, superior ao de outras situações de assédio moral, é justo em razão da gravidade do caso.

[Motorista de caminhão com tanque suplementar receberá adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/04/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho acresceu à condenação imposta à Horizonte Logística Ltda., de Benevides (PA), o pagamento do adicional de periculosidade a um motorista que dirigia um caminhão com tanque suplementar de combustível com capacidade superior a 200 litros. Para a Turma, mesmo que o combustível seja utilizado para abastecimento do próprio veículo, é devido o direito ao recebimento do adicional.

[“Discriminação racial no mercado de trabalho” é o tema de abril da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/04/2021

O Tema do Mês de abril da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é “Discriminação racial no mercado de trabalho”. A Biblioteca oferece mensalmente informação atualizada sobre temas de destaque no debate jurídico contemporâneo. Trata-se de uma pequena bibliografia selecionada a partir de assunto previamente escolhido pela Comissão de Documentação do TST.

[Mantida prescrição intercorrente aplicada a processo iniciado antes da reforma trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/04/2021

Esse é um dos primeiros casos que chega ao TST acerca da aplicação do artigo 11-A da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) a processo iniciado antes da vigência dessa legislação. O dispositivo prevê a aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho, a requerimento ou de ofício, a ser declarada no prazo de dois anos, contados da data em que o exequente deixar de cumprir determinação judicial no curso da execução.



Notícias do Executivo

[Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e Conselho Federal de Contabilidade firmam parceria institucional](#)

Ministério da Economia - 16/04/2021

Foi anunciada, durante Plenária Nacional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada na quinta-feira (15/4), a formalização da parceria institucional com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. A iniciativa representa um passo importante para a evolução do eSocial, sistema desenvolvido para facilitar o fornecimento de informações de contratação de empregados e prestadores de serviço e que já atende a mais de seis milhões empregadores e 40 milhões de trabalhadores no país.

[Ministério lança novo Guia de Análise de Impacto Regulatório](#)

Ministério da Economia - 15/04/2021

A pós a publicação do [Decreto nº 10.411](#), em 30 de junho de 2020 – que regulamentou a análise de impacto regulatório – a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) lançou, nesta quinta-feira (15/4), o novo [Guia para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório \(AIR\)](#). O documento, elaborado pela Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (Seae), visa fortalecer a disseminação de práticas voltadas à melhoria da qualidade regulatória.

[INSS retoma atendimentos nas regiões Norte e Centro-Oeste mediante agendamento](#)

Ministério da Economia - 12/04/2021

A partir desta segunda-feira (12/4), o atendimento em todas as agências de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nas regiões Norte e Centro-Oeste volta à normalidade. Com isso, perícia médica, avaliação social e os demais serviços oferecidos

pelas unidades voltam a ser realizados mediante agendamento prévio. Todas as unidades estão adotando medidas rigorosas visando atender aos protocolos de proteção e prevenção ao contágio do novo coronavírus.

[Receita Federal adia o prazo de entrega da Declaração de Imposto de Renda](#)

Ministério da Economia - 12/04/2021

A Receita Federal publicou no Diário Oficial da União desta segunda-feira (12/4) a [Instrução Normativa RFB nº 2.020](#), de 9 de abril de 2021, que altera o prazo final de entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Física referente ao exercício 2021, ano calendário 2020, de 30 de abril para o dia 31 de maio.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT e MPF emitem recomendação a órgãos do Ministério da Saúde sobre critérios para vacinação de grupos prioritários contra a Covid-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/04/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF) no Rio Grande do Sul expediram recomendação à Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI) e ao diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis (DEIDT), órgãos pertencentes ao Ministério da Saúde, para que, anteriormente à distribuição de vacinas para grupos prioritários das pessoas com comorbidades e das pessoas com deficiência permanente, sejam elaborados critérios objetivos e limitadores para a comprovação da comorbidade ou deficiência, conforme definidas no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO). As medidas estabelecidas devem conter caráter orientativo aos estados e municípios, e serem acompanhadas da listagem de documentos a serem apresentados para a comprovação.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT, Anamatra, ANPT e MPT tratam de PLs sobre estágio e aprendizagem com Lucas Gonzalez \(NOVO-MG\)](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/04/2021

Dirigentes do SINAIT, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT e do Ministério Público do Trabalho – MPT destacaram as inconstitucionalidades contidas no [PL 4. 579/2009](#) e no [PL 5/2015](#). O primeiro amplia de dois para três anos o prazo de estágio de estudantes e o segundo permite o estágio aos alunos dos anos finais do ensino fundamental regular, maiores de quatorze anos. Os projetos poderão voltar à pauta da comissão na próxima semana e os dirigentes sindicais e autoridades jurídicas veem inconstitucionalidades nas matérias, uma vez que aprendizagem é para quem tem 14 anos e estágio a partir de 16 anos.

Outras Notícias

[STF julga em maio pedido de revisão da correção monetária do FGTS](#)

Consultor Jurídico - 17/04/2021

Está na pauta de julgamento do Supremo Tribunal Federal para o próximo dia 13 de maio 5 a ação direta de inconstitucionalidade que pede a mudança do índice de correção monetária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Atualmente, esses saldos são corrigidos pela taxa referencial (TR).

[Afastamento laboral de grávidas na epidemia traz segurança jurídica, dizem advogados](#)

Consultor Jurídico - 17/04/2021

O Senado aprovou na última quinta-feira (15/4) o Projeto de Lei 3.932/2020, que prevê que funcionárias grávidas se afastem do trabalho presencial enquanto estiver vigente o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso, devido à epidemia de Covid-19. O projeto segue para a sanção do presidente da República.

[Gastos com home office devem ser ressarcidos pelo empregador, diz juíza](#)

Consultor Jurídico - 16/04/2021

Despesas geradas pelo trabalho remoto, como a compra de equipamentos, devem ser ressarcidas pelo empregador. O entendimento é da juíza substituta Isabela Parelli Hadad Flaitt, da 2ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul (SP).

[OAB e Anamatra questionam exclusão da TR para correções trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 15/04/2021

O Conselho Federal da OAB e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) protocolaram, nesta quarta-feira (14/4), embargos de declaração

contra a [decisão](#) do Supremo Tribunal Federal que afastou o uso da Taxa Referencial (TR) na correção de dívidas trabalhistas.

[TST afasta multa a sindicato por discussão de obrigatoriedade de contribuição](#)

Ministério da Economia - 14/04/2021

A sanção fora aplicada pelo juízo da 59ª Vara do Trabalho de São Paulo, que entendeu que a entidade havia utilizado via processual inadequada para reconhecer direito contrário às novas regras de contribuição alteradas pela Reforma Trabalhista. Todavia, a Turma entendeu que não houve má-fé e que o sindicato apenas exerceu seu direito de ação.



Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.020, DE 9 DE ABRIL DE 2021](#) (DOU de 12/04/2021 Seção I Pág. 60) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.010, de 24 de fevereiro de 2021, e as Instruções Normativas SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002, e nº 81, de 11 de outubro de 2001, para prorrogar, excepcionalmente, prazos relativos à apresentação de declarações e ao recolhimento de créditos tributários apurados, relativamente ao exercício de 2021, ano-calendário 2020.

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 20, DE 2021](#) (DOU de 15/04/2021 Seção I Pág. 02) - Faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.028, de 9 de fevereiro de 2021, publicada, no Diário Oficial da União no dia 10, do mesmo mês e ano, que “Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da covid-19”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

[PORTARIA MC Nº 627, DE 15 DE ABRIL DE 2021](#) (DOU de 16/04/2021 Seção I Pág. 11) - Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.

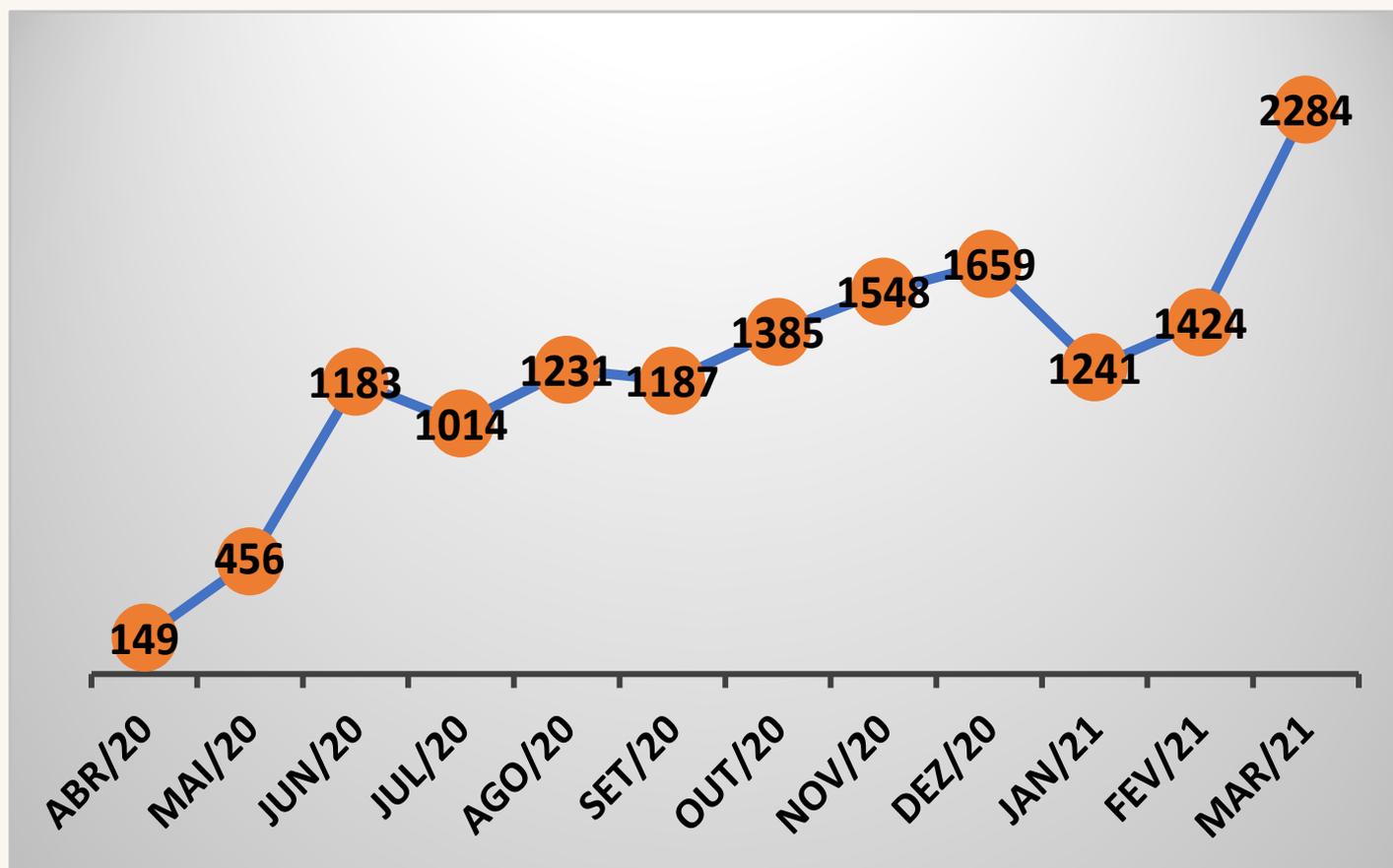
[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 7.058, DE 1º DE MARÇO DE 2021](#) (DOU de 16/04/2021 Seção I Pág. 40) - Prorrogação de prazo para cumprimento de obrigações principais e acessórias. Portaria MF nº 12, de 2012, e Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012. Situação de calamidade pública de âmbito nacional. Inaplicabilidade.

[PORTARIA INSS Nº 1.292, DE 9 DE ABRIL DE 2021](#) (DOU de 16/04/2021 Seção I Pág. 57) - Prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do Programa de Reabilitação Profissional.



Dados estatísticos de Fiscalização

Número de autos de infração (legislação trabalhista / segurança e saúde no trabalho) lavrados pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos 12 meses (abri/20 a mar/21):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula